

Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383

Carlos Guardado da Silva¹

Introdução

A historiografia medieval portuguesa tem privilegiado o estudo da fronteira portuguesa com os outros reinos cristãos ibéricos, sobretudo nos séculos XII e XIII, até à assinatura do Tratado de Alcanices, entre Fernando IV de Castela e D. Dinis de Portugal, a 12 de setembro de 1297². De modo distinto, a fronteira sul, cuja evolução foi paralela à expansão territorial dos reinos cristãos, não mereceu, parece-nos, a mesma atenção por parte desta mesma historiografia, talvez porque, no território que viria a ser o reino de Portugal, o fenómeno terminou em 1250. Tornava-se então clara a ideia de limites políticos próprios para circunscrever a acção da soberania régia, continuada, posteriormente, com as noções de homogeneidade linguística e de fronteira “natural” que, no sul, o próprio rio Guadiana importava, ainda que em 1250 os limites políticos ultrapassassem os limites naturais.

A conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques e a sua colocação sob domínio cristão, em 25 de outubro de 1147, integrava então a cidade de Lisboa nos limites do “reino”, a que chegava o poder do jovem rei, que começava a encarnar as noções de Estado e de soberania, ainda que as mesmas não se encontrassem definidas com a clareza que viriam a alcançar mais tarde³.

Lisboa foi uma cidade situada na fronteira sul, sob domínio cristão, entre 25 de outubro de 1147 e 1217, momento em que o limite entre o reino português e *al-andalus* avançou para sul, até à linha do Sado, com a conquista definitiva de Alcácer do Sal, por acção do bispo de Lisboa D. Soeiro, com a ajuda da 5.^a Cruzada, chefiada por D. João de Brienne, rei de Jerusalém, e André II da Hungria. Durante este período de 70 anos, Lisboa foi uma cidade-fronteira, afirmando-se, desde logo, do ponto de vista económico, designadamente, artesanal e comercial, assim como pela sua dimensão física e populacional, como a mais importante cidade do reino, crescimento que é notório desde o século IX. A estes factores económicos e

¹ Director do Arquivo Municipal de Torres Vedras e Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. carlos.guardado@clix.pt.

² A este propósito, vejam-se apenas as *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval : as relações de fronteira no século de Alcañices : Actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Vol. 1-2.

³ LADERO QUESADA, Miguel-Angel, «reconquista y deficiones de frontera». In *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval : as relações de fronteira no século de Alcañices : Actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. vol. 1, p. 656.

demográficos, juntar-se-iam outros, nomeadamente de ordem política, transformando a maior cidade do reino em cidade-capital, afirmando-se enquanto tal logo em meados do século XIII, no reinado de D. Afonso III, sobretudo com a fixação da chancelaria régia em Lisboa, em 1256, e uma maior permanência do rei na cidade. Pois a cidade-capital foi, simultaneamente, a cidade da corte, que projectaria o seu poder e a sua influência, atraindo gentes de todo o reino e, no século XIV, de outros reinos mediterrânicos, nomeadamente das penínsulas ibérica e itálica.

A proposta que trazemos é precisamente o percurso da cidade de Lisboa, uma cidade-fronteira⁴, desde a conquista cristã por Afonso Henriques até à afirmação da cidade enquanto capital do reino, limitando-o entre 1147 e 1383. Este é o nosso contributo para a discussão da ‘importância do baixo vale do Tejo na construção de Portugal’.

A cidade-fronteira

Lisboa era, em meados do século XII, a maior cidade do *Gharb al-Andalus*, com cerca de 15 hectares de área urbana no interior das suas muralhas. Pela sua dimensão, era comparável apenas à cidade de Braga (com cerca de 15 hectares), Silves (com 15 hectares) e Évora (com 16 hectares), menor que Coimbra, cuja muralha fechava uma área de 22 hectares, e quatro vezes maior do que o Porto, que não passava de uma pequena cidade, com uma área de 4 hectares. Todavia, se tivermos em conta os três arrabaldes, existentes já em meados do século XII,

⁴ A propósito do conceito de cidade-fronteira, veja-se J. M. Lacarra referente às povoações castelhanas e leonesas fundadas entre os séculos XI-XII na raia entre os territórios cristão e islâmico e a sua aplicação ao caso português, e MARTÍN Y MARTÍN, José Luis - «Las funciones urbanas en la Transierra occidental». In SÁEZ, Emilio, SEGURA GRAÍÑO, Cristina e CANTERA MONTENEGRO, Margarida, coords. - *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI: Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*. Madrid: Universidad Complutense, 1985. vol. 1, p. 406-407; RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio - «Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, CIRCA)». In *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo: II Seminario de Historia Medieval - Las Sociedades de Frontera en la España Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. Facultad de Filosofía y Letras. Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1993. p. 84; Id., «La ville frontière: un modèle original d'urbanisation?». In MENJOT, Denis, ed. - *Les Villes frontières (Moyen Âge-époque moderne)*. Paris-Montréal: L'Harmattan, 1996. p. 9; COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Poder Concelhio...*, p. 1-3; ANDRADE, Amélia Aguiar - «L'organisation de l'espace dans le Nord du Portugal au Moyen Âge». In BOURIN, Monique e BOUSSELIER, Stéphane, eds. - *L'espace rural au Moyen Âge : Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle): Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2002. p. 97; FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa. p. 123, nota 1029.

testemunhados pelo cruzado inglês R[aul]⁵, no relato da conquista de Lisboa, a área urbana da cidade duplicava, atingindo a dimensão de cerca de 30 ha. De dimensões incomparáveis a Córdoba, Sevilha ou Granada, apenas Coimbra e Badajoz, com cerca de dez hectares de área definida pelas suas muralhas, se aproximariam de Lisboa e, talvez Santarém, com os seus arrabaldes da Ribeira e Alfange, atingisse os 4 ou 5 mil habitantes. As outras principais cidades do *Gharb al-Andalus* - Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro - seriam mais pequenas, não ultrapassando os 7 hectares de perímetro urbano, com uma população entre dois a três mil habitantes.

Lisboa era uma cidade cercada, cujas muralhas remontavam ao Baixo Império, erigidas em inícios do século IV e reedificadas entre finais do século X e inícios do séc. XI, na sequência da conquista e saque da cidade por Ordoño III, rei de Leão, em 953⁶, procurando reconquistar a cidade, sob domínio islâmico desde 714.

Dimensão espacial e demográfica que correspondia a uma certa importância económica registada pelas fontes cristãs e árabes dos séculos XII e XIII. Lembremos, neste aspecto particular, que os geógrafos árabes herdeiros duma escola nascida no Oriente com Ibn Ḥurradābih não deixaram de elogiar a cidade, destacando nela os edifícios e as suas riquezas, privilegiando a visão do conjunto e os edifícios do poder, referindo, por vezes numa pincelada, as casas, as ruas ou as actividades comerciais e os seus proprietários. E lembremos ainda que o papel e as funções definiam a cidade islâmica, descrevendo-se os lugares de poder, como a *qaṣaba*, os arsenais, no caso das cidades portuárias, ou ainda a mesquita maior - *al-jāmi'* - e a cintura de muralhas. Pois, como refere Cristophe Picard, o edifício fazia a cidade⁷.

No momento da conquista cristã da cidade por D. Afonso Henriques, viviam nela gentes das três religiões, onde, cremos hoje, a maioria da população professaria a religião cristã, o que parece justificar a presença de um bispo. A sua presença é testemunhada pelo próprio Raul de Glanville, autor do relato da conquista de Lisboa, referindo que, no momento da rendição, a 21 de Outubro de 1147, aparece nas

⁵ Raul de Glanville é, muito provavelmente, o autor do *Relato*, escrito entre finais de 1147 e cerca de 1210, enviado ao clérigo Osberto de Bawdsey, narrando «os sucessos e progressos da empresa dos Cruzados no seu caminho para a Terra Santa». Um presbítero com fortes ligações aos meios premonstratenses de Suffolk, que os Glanville patrocinavam na época e, muito provavelmente, o autor do legado de uma capela ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. ANTT - *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. maço 3, n.º 18, 1148 Abril. Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto, ed., trad. e notas - *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa : Vega, 2001. p. 202-205.

⁶ «*Chronicon de Sampiro*». In *España Sagrada*, tomo XIV, P. M. Fr. Enrique Florez, 1786. p. 469.

⁷ PICARD, Cristophe - *Le Portugal musulman (VIII^e - XIII^e): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000. p. 150.

muralhas, acompanhado pelo alcaide, um bispo. Este é descrito como idoso, tratando-se, muito provavelmente, do chefe da comunidade cristã de Lisboa, talvez eleito ainda c. de 1094 ou 1095, quando D. Afonso de Leão manteve a cidade algum tempo sob domínio cristão, ou mesmo em momento posterior, e que acabaria por morrer nas mãos dos cruzados, tendo-o tomado por mouro. Na verdade, sendo o islamismo a religião da elite dominante, não seria certamente maioritária na cidade de Lisboa, lugar deixado à religião cristã.

Deste modo, a presença de cristãos em Lisboa, sob o domínio islâmico, parece ter sido marcante, com um elevado número, certamente superior ao dos muçulmanos. Ainda, em meados do século XII, quando o processo de islamização se encontrava avançado em outras cidades de *al-Andalus*, a população de Lisboa parece ser maioritariamente cristã, respirando-se um clima de grande liberdade religiosa⁸. Assim o testemunha Raul de Glanville no *relato da Conquista de Lisboa aos Mouros* aquando da entrada dos cristãos: «os que ainda tinham vida, semelhantes a fantasmas que andassem errantes à face da terra, abraçavam-se ao sinal da cruz e beijavam-no, confessavam que Maria, cheia de bondade, é a bem-aventurada Mãe de Deus, de tal modo que em tudo o que fazem ou dizem, mesmo nos momentos extremos, misturavam invocações a Maria boa, boa Maria e lhe dirigem apelos angustiados»⁹.

Já o viking Sigurd tinha assinalado, em 1109, a presença de metade de pagãos (muçulmanos) e de metade cristãos na cidade:

*After this, King Sigurd sailed with his fleet to Lisbon, which is a great city in Spain, half Christian and half heathen*¹⁰.

Lisboa era uma grande cidade portuária, que disputava a importância do seu porto, já em inícios do século XII (cerca de 1113), antes do enfraquecimento da dinastia berbere, com Sevilha, Saltes, Cacela(?), Silves e Alcácer do Sal, todos portos de esquadras, de onde partiam as razias costeiras para os territórios de Portucale e Galiza, e estaleiros navais¹¹. Testemunham-no as fontes árabes, de que são exemplo o *Livro de Geografia (Kitāb al-ja'rāfiyya)* de al-Zuhrī, da segunda metade do século XII, a incontornável *Descrição (Nuzhat)* de al-Iḍrīsī e a *Historia Compostellana* como um

⁸ Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto, ed., trad. e notas - *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa : Vega, 2001. p. 95.

⁹ Idem - *Ibidem*. p. 143.

¹⁰ «Depois disso, o rei Sigurd partiu com sua frota para Lisboa, que é uma grande cidade na Espanha, metade cristã e metade pagã». STURLUSON, Snorri (1225) - *Heimskringla or The Chronicle of the Kings of Norway : Saga of Sigurd the Crusader and His Brothers Eystein and Olaf* [em linha]. Disponível no endereço da URL: <<http://omacl.org/Heimskringla/crusaders.html>>. [Acedido em 17-11-2012].

¹¹ FALQUE, Emma, int., trad., notas e índices - *Historia Compostellana*. Madrid: Ediciones Akal, 1994. p. 244-245.

dos mais importantes portos de *al-Andalus* com a presença de mercadores europeus e de África¹², onde a navegação e as actividades económicas ligadas ao mar contribuiriam certamente para o desenvolvimento urbano e, consequentemente, para um aumento demográfico da região, como notaram al-Idrīsī e Ibn Sa‘īd.

A importância da cidade é tal que D. Afonso Henriques inscreve-a no movimento da 2.^a cruzada, conferindo-lhe um papel simbólico idêntico ao de Jerusalém, como testemunha a *Chronica Gothorum*¹³, sendo objecto de programação cisterciense e crúzia, a que se juntou o apoio dos templários e os esforços de D. João Peculiar¹⁴, arcebispo de Braga, D. Teotónio, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e D. Pedro Pitões, bispo do Porto, para além da intervenção de Bernardo de Claraval¹⁵.

Conquistada Lisboa, a mesquita maior foi objecto de purificação, sendo nomeado bispo da cidade D. Gilberto de Hastings, em data posterior a Abril de 1148, ainda que a primeira referência à frente da Sé de Lisboa apareça somente mais tarde em documento de 8 de Dezembro de 1149. Sob o seu domínio espiritual ficavam, para além do território urbano, todos os seus termos que iam do castelo de Alcácer

¹² *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*. Edição, trad. e notas de Aires Augusto Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001. p. 77.

¹³ «Era MCLXXVIII. (...) Eodem, quoque tempore venerunt quedam naves exinsperato de partibus Galliarum, plene armatis viris votum habentes ire in Jerusalem, cumque venissent ad Portum Gaye, et intrassent Dorium, audivit hec Rex, et gavisus est cum eis, erant enim fere septuaginta, et paccitus est cum eis ut irent ad Ullixbonam ipsi per mare, et ipse cum exercitu suo per terram, et obsiderent eam forsitan placeret Domino ut traderet eam in manibus eorum. Conventione itaque facta, illi per mare, et Rex per terram cum exercitu suo venerunt undique ad Ullixbonam, et circumdederunt, et oppugnaverunt eam, sed non potuerunt adversus eam, quia nondum advenerat tempus ut traderetur in manibus Christianorum, sed irruperunt suburbana eius, et demoliti sunt multas vineas, et succenderunt domos, et fecerunt plagam magnam in terra. Videntes itaque quod non cito, nec per multum temporis spatium non posset capi, etiam si quotidie foret obsessa, quoniam erat multum referta, et populosa, et tunc satis abundabat omnibus bonis, reliquerunt eam. Rex cum exercitu suo regressus est in terram suam, et illi marini naute abierunt viam suam, quod tendebant ire in Jerusalem». HERCULANO, Alexandre - *Portugaliae Monumenta Histórica: Scriptores*. Reprodução fac-similada executada em 1969. Lisboa: Academia das Ciências, 1856. Vol. I, fasc. I. p. 13-14.

¹⁴ SILVA, Carlos Guardado da - «O Mosteiro de S. Vicente de Fora: Fundação, organização interna e património rural (séculos XII-XIII)». *Olisipo*: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa». II Série, n.º 13, Julho/Dezembro 2000. p. 29.

¹⁵ BARBOSA, Pedro Gomes - «S. Bernardo e a Independência de Portugal». In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: Actas do Encontro de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Alcobaça: Câmara Municipal, 1991. p. 348-349; PHILLIPS, Phillips - «St. Bernard of Clairvaux : the Low Countries and the Lisbon Letter of the Second Crusade». *Journal of Ecclesiastical History*. 1997. 48, p. 495-496; SILVA, Carlos Guardado da - *O Mosteiro de S. Vicente de Fora: A comunidade regnante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 33 e ss.; NASCIMENTO, Aires - *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*. ed. trad. e notas de Aires Augusto Nascimento; int. de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2000. p. 158; MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006. p. 170.

ao de Leiria, e do mar ocidental até à cidade de Évora¹⁶. A sua sagração coube a D. João Peculiar e não ao arcebispo Compostelano ou de Mérida, em consonância com a estratégia autonómica de D. Afonso Henriques.

Importava então estruturar a cidade, de modo a organizar a administração da cidade, que passava também pela sua defesa. A atribuição pelo monarca da carta de foral aos Mouros Forros de Lisboa, Palmela e Alcácer, no ano de 1170, parece responder ao intuito da sua integração no sistema político-tributário cristão e certamente do reforço das solidariedades no espaço recém- povoado, a que não é alheia uma estratégia de defesa.

Esta passava também por dotar e sobretudo organizar as estruturas militares e administrativas da cidade, o que ocorreu em Maio de 1179, com a atribuição de foral. A carta de foral reforçava a estratégia de D. Afonso Henriques na demarcação do poder régio na região fronteira do baixo Tejo, quando, no final da década de 70, se anunciava o recrudescimento do perigo almóada, que exigia o reforço da linha do Tejo, através da concessão de cartas de foral, tais como as de Santarém e Abrantes e, logo depois, as de Coruche e Palmela. Perigo esse que se concretizara com o cerco que ameaçou Abrantes nesse mesmo ano de 1179, e com o ataque do exército almóada a Coruche em 1180, tendo Évora perigado em 1181. Pressão que se exercia sobre a linha do Tejo, de sul para norte, tornando-se mais intensa a partir de 1184, aquando do ataque a Santarém. Assim se justifica que no foral de Lisboa sejam dados significativos privilégios aos cavaleiros vilãos, testemunhando uma grande preocupação com a defesa da cidade e do território dela dependente, tal como no foral de Santarém, apesar das preocupações militares não serem dominantes¹⁷, quando comparadas com as económicas, nomeadamente tributárias.

Simultaneamente desenvolviam-se as estruturas de exercício dos poderes municipais, dotando a administração municipal de novos cargos, nomeadamente o alvazil e juiz. Destaquem-se, na carta de foral, os confirmantes Fernando Peres, que aparecerá em documentos de 1182 e 1185 a exercer o cargo de alvazil *de Lisboa*, e Gonçalo Arrizado que, em 1193, exercia as funções de *juiz de Lisboa*. São novos cargos no exercício do poder municipal, formalmente instituídos pela carta de Foral de 1179, a par do poder régio, que procuravam, mais do que estruturar a administração, estabelecer *de iure* as práticas ancestrais legitimadas pelo direito consuetudinário. Assim se explica que os «oficiais municipais» só apareçam a partir

¹⁶ *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*. Edição, trad. e notas de Aires Augusto Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001. p. 143.

¹⁷ PRADALIÉ, Gérard - *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas Editores, 1975. p. 25.

de 1179. À Assembleia de Vizinhos competia a escolha do oficialato concelhio, cuja primeira referência encontramos na carta de Foral de Lisboa, de 1179. Os seus representantes máximos eram os alvazis, a par do alcaide, representante do monarca no concelho.

Apesar de estar ausente do foral, o cargo de alvazil remonta, como testemunhamos, ao reinado de D. Afonso Henriques, tendo conhecimento da sua existência três anos depois da outorga do foral a Lisboa, o que aponta para a presença de um alvazil na cidade pelo menos desde 1179. Mais tarde, um documento de D. Sancho I confirma-o: o monarca ordena aos mouros forros e aos judeus maltratados pelos cristãos de se apresentarem para pedir justiça ao alcaide e alvazis «como era costume em tempo de meu pai»¹⁸.

Para além da extensa área, a cidade e os arrabaldes eram densamente povoados, sendo possível que a sua população atingisse, já em meados do século XII, os 10 mil a 15 mil habitantes, nos séculos XII e XIII, aproximando-se, no seu apogeu, dos grandes portos de Málaga e Almería (20 a 25 mil). Uma intensa densidade demográfica que justifica a uma estrutura paroquial remota na cidade de Lisboa, definida desde finais do século XII, já em 1191¹⁹, a mesma estrutura que se manteria até à criação da freguesia do Loreto, em 1551, com 23 freguesias dentro e fora de muros²⁰. A primeira delimitação do território das paróquias, que conhecemos, data de 27 de Setembro de 1257, da qual pouco sabemos, nem tampouco se chegou a realizar-se. Conhecemo-la apenas por um *breve* do papa Alexandre IV, em que ordenava ao bispo de Lisboa, D. Aires Vasques, que fizesse a delimitação das paróquias do seu bispado²¹. Em 30 de Julho de 1382, as paróquias conheceriam nova divisão, desta vez por D. Martinho I, mas da qual nada sabemos.

Todavia, se é certo que a defesa da cidade passava também pela intensificação do seu povoamento, a ameaças vindas do sul continuavam a fazer sentir-se até à conquista de Alcácer do Sal, por acção do bispo de Lisboa D. Soeiro, em 18 de outubro de 1217.

¹⁸ Arquivo Municipal de Lisboa - *Livro dos Pregos*. fl. 29.

¹⁹ Traslado datado de 1346 da divisão das igrejas da diocese entre o prelado e o Cabido de Lisboa de 1191. Veja-se a nota 1372 em FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 249.

²⁰ SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa : Ed. Colibri, 2008. p. 120-121.

²¹ CUNHA, Rodrigo - *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e acções de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...* Lisboa : Manoel da Sylva, 1642. fl. 163v.

A cidade-capital

Apesar da sua grande dimensão, Lisboa parece não ter tido até meados do século XIII um papel de primeiro plano. Recordemos que Ibn Abī ‘Āmir al-Manṣūr escolheu Alcácer do Sal, preterindo Lisboa, para arsenal atlântico, na ocasião da sua expedição contra Santiago de Compostela, apesar da cidade do baixo Tejo ficar melhor situada para assumir esse papel, com condições suficientes, quiçá vantajosas, para o estabelecimento de um arsenal. Pois já no século X, os famosos aventureiros de Lisboa, referidos por al-Idrīsī e al-Ḥimyarī, tinham aí podido construir um navio²², episódio digno de relevo, testemunho de uma actividade que parecia comum.

Na verdade, Lisboa e o espaço em redor sobressaem nas descrições, integrando uma região rica e dinâmica. Se é verdade que al-Idrīsī não cita Lisboa enquanto estaleiro naval, a referência de que os aventureiros lisboetas partem à descoberta do mar tenebroso [*al-baḥr al-muḏlim*], feito único nos anais da história muçulmana para a costa ocidental, parece testemunhar que os seus habitantes tinham o hábito de navegar, por vezes, fora da vista das costas, e de construir embarcações aparentemente capazes de afrontar o largo oceano.

Mas também não podemos descurar o posicionamento de Lisboa face à Cristandade. A este propósito é bem elucidativo o argumento de Urbano IV dispensando o bispo de Lisboa, D. Mateus, de se apresentar em Roma para a *Visita ad limina apostolorum*²³, porque a cidade situavava-se *in remotis mundi finibus*²⁴.

Nas décadas seguintes à conquista de Alcácer, estabilizada a região, desenvolvem-se as actividades económicas na cidade de Lisboa. A par do artesanato, prospera o comércio interno e externo, sobretudo com o norte da Europa.

Em meados do século XIII, Lisboa era já a capital de um reino que se afirmara com Afonso, terceiro do nome, e, nomeadamente, com a fixação da chancelaria régia, em 1256.

Na cidade tornada “capital” por seu pai nasceu o rei *plantador de naus*²⁵, nela foi baptizado e cresceu, e teve ainda a sua *criatio*²⁶, na mesma cidade onde foi

²² Al-Idrīsī, ed. p. 547, trad. p. 223; al-Ḥimyarī, ed. p. 16-17, trad. p. 23.

²³ “Visita aos túmulos dos Apóstolos” é uma obrigação dos bispos diocesanos e de outros prelados da Igreja Católica, cada 5 anos, de se encontrarem com o papa e de visitarem os túmulos de São Pedro e São Paulo, em Roma.

²⁴ FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa. p. 2.

²⁵ PESSOA, Fernando - *Mensagem*. 2.^a ed. Aveiro : Editora Estante, 1990. p. 47.

«levantado rei»²⁷. Certamente por isso D. Dinis nutria uma especial afeição por Lisboa, pois como afirmara: «não havia conselho em todo o seu reino com que tivesse maiores dívidas de bem, do que com o concelho de Lisboa, porque aí nascera e aí fora criado e baptizado e aí fora feito Rei»²⁸.

Ao mesmo tempo, desenvolviam-se as estruturas de exercício dos poderes municipais: a assembleia de vizinhos, que sofreu uma oligarquização em 1298 quando D. Dinis ordenou que a assembleia fosse feita apenas com o alcaide, os alvazis e “*grande peça de homens bons*”; a vereação, que passou a dispor de local próprio para reunião, com a criação do ‘paço do concelho’, cuja primeira referência data de 29 de Maio de 1322²⁹, no adro da sé, consolidando este espaço como o centro político da cidade, a par de centro religioso.

Pois, do ponto de vista religioso, também Lisboa se destaca enquanto centro urbano, uma vez que é a cidade episcopal, arcebispal a partir de 10 de novembro 1393, com a criação da metrópole de Lisboa pela bula *In eminentissimae dignitatis* de Bonifácio IX, ocupando então o lugar de arcebispo D. João Anes, um ‘natural’ do reino, que já governava a diocese, desde 1383.

A título de exemplo, os itinerários de D. Dinis testemunham a sua preferência por Lisboa. Durante os 46 anos de reinado, o monarca não habita a cidade apenas nos anos de 1280, 1282, por ocasião da recepção, em Trancoso, de Isabel de Aragão por sua mulher, a filha mais velha de Pedro III, e nos anos de 1292, 1297 e 1308. Grande parte de cada ano era habitualmente passada em Lisboa, permanecendo em média um período de quase seis meses, percorrendo preferencialmente o território de Lisboa-Santarém-Coimbra. E a partir de 1320, parece notória uma tendência para valorizar o itinerário entre Santarém e Lisboa, com algumas idas ao paço de Frielas, deixando a *sua* cidade, pela última vez, em Outubro de 1324³⁰, rumo a Santarém, onde expiraria a 7 de Janeiro de 1325. Habitando em permanência a cidade, o monarca fez-se vizinho de Lisboa, o rei morador na cidade, onde também tinha paço habitado e mobilado, onde residia de modo continuado mais de três meses por ano.

²⁶ Teve por ama de Leite Maria Miguéis, provavelmente de Guimarães, irmã ou filha de Silvestre Miguéis, sobrejuiz da corte. Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2005. p. 215.

²⁷ BRANDÃO, Francisco - *Monarquia Lusitana : Parte Quinta*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976. Vol. V, p. 315.

²⁸ IDEM - *Ibidem*. Vol. V. p. 3v.º.

²⁹ Data mais remota revelada pela dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa por Mário Farelo, que permite recuar a data de 1331 proposta por nós para 1322. ANTT - Mosteiro de São Vicente de Fora. 1.ª inc. m. 6, n.º 37. 1322 Mai. 29, Lisboa, *paços onde fazem o concelho*. Cf. FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. p. 91. Veja-se também SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa : Ed. Colibri, 2008.

³⁰ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *Op. cit.* p. 63-65, 96-97, 161-162 e 184.

Lisboa testemunha o esforço dionisino no desenvolvimento da marinha de guerra, no contexto da defesa do reino. Já existia certamente uma força naval. Todavia, em 1307, D. Dinis criou uma estrutura de comando, nomeando almirante Nuno Fernandes Cogominho, que permaneceria no cargo até à sua morte, ocorrida em 1316. Mas foi em 1317 que teve lugar o salto qualitativo para uma efectiva política de defesa do reino com a nomeação do seu sucessor, o almirante-mor do reino, o genovês Micer Manuel Pessanha, que recebera com o cargo uma tença anual de 3000 libras, assim como a doação hereditária do lugar da Pedreira, em Lisboa, aos quais direitos se somariam posteriormente outros privilégios³¹. Pessanha teria um papel fundamental na organização da frota naval do reino, especialmente vocacionada para defender a costa dos ataques da pirataria muçulmana³², relegando para segundo plano o ofício de alcaide do mar. Com Manuel Pessanha vieram vinte cidadãos da «comuna» de Génova, que constituiriam, a partir de 1317, um núcleo de genoveses mercenários com certa importância na cidade de Lisboa, que atrairiam outros ligados ao comércio, estabelecendo-se em Portugal³³ uma “colónia” genovesa de alguma importância já no reinado de D. Afonso IV. O desenvolvimento da marinha, exigiria o incremento da construção naval e, naturalmente, a edificação de novas terças d’El-rei³⁴, na Ribeira, no território da paróquia de São Julião, onde o monarca guardava as suas galés, em número de 12 em 1299, então reinado de D. Dinis³⁵.

Desde início do século XIII, e sobretudo depois de 1217, o comércio externo tinha aumentado, nomeadamente com o Norte da Europa. O aumento da actividade económica testemunha um momento de grande prosperidade no reinado de D. Dinis, atingindo o seu pico no último quartel do século XIII. No âmbito do comércio externo, intensificam-se as relações comerciais com o norte da Europa, a partir de Lisboa, como se atesta no dinamismo das relações com Inglaterra, de que são exemplo as diversas cartas de segurança conferidas aos mercadores portugueses por Eduardo I, em 1294 e 1297, bem como a *Carta Mercatoria* de 1303, e com a França (Harfleur) e

³¹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *Op. cit.* p. 188.

³² IDEM - *Ibidem.* p. 174.

³³ SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa : Ed. Colibri, 2008. p. 286; MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimentos Portugueses : Documentos para a sua História : 1147-1460*. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1, n.º 37, p. 28-30.

³⁴ Do árabe *dar-as-sina*), ‘estaleiro naval’.

³⁵ *Livro dos Bens dos Próprios dos Reis e das Rainhas*. fl. 18v., 1299; ANTT - *Colecção Especial*, cx. 86, 1282 Abril 5 ; Apud SILVA, Augusto Vieira da - *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.^a ed. Lisboa : Câmara Municipal, 1987. vol. 1, p. 10. MENEZES, José de Vasconcelos e - *Tercenas de Lisboa I. Lisboa : Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.^a série, n.º 16, 2.º Sem. 1986. p. 8.

Flandres³⁶, e ainda com a criação de Bolsa de Mercadores, na Flandres, que D. Dinis confirmou, em 1293, um fundo que se destinava a ser usado, nos seus «pleitos, negócios e no mais que à terra aproveitasse», contribuindo para a ascensão de uma burguesia mercantil, rica e privilegiada.

O incremento da economia no reinado dionisino passava igualmente pelo desenvolvimento do comércio interno. Para tal, a par da política de fomento de feiras³⁷, D. Dinis procurou aumentar significativamente o património régio - sobretudo tendas e casas - na cidade de Lisboa, forma de investimento, multiplicando os rendimentos da coroa na maior cidade do reino. Data de 1299 um *repertorio* (rol) dos bens imobiliários do monarca em Lisboa, onde avultam vários paços, quintãs, casas, sobrados, pardieiros ou sótãos, mas também inúmeras tendas e fracções de tendas, armazéns, açougues, fornos de pão, lagares, estrebarias, entre outros, situados maioritariamente nas freguesias de Santa Maria Madalena, São Nicolau e São Julião, de que o rei receberia anualmente avultados rendimentos³⁸, circunscrevendo a geografia do património régio ao ‘coração económico’ da cidade.

Desde sempre a cidade mais importante do reino, o papel económico e político de Lisboa reforça-se a partir de D. Afonso III, tendo-se multiplicado cerca de cinco vezes o espaço urbano, bem como o número de habitantes, se atendermos que já existiam três arrabaldes povoados no exterior da Cerca Velha, em 1147. Deste modo, Luís Suárez Fernández compara Lisboa a Londres, Bruges, Sevilha ou Lübeck, devido ao seu crescimento desmesurado³⁹, que resultara no aumento das rendas habitacionais atingindo valores elevados, acima da média praticada em outros centros urbanos⁴⁰.

³⁶ Em 16 de Maio de 1373, D. Fernando fez doação em vida de umas casas no *Canal* a Garcia Fernandes, seu falcoeiro³⁶. Uma alusão ao antigo *Canal* ou *Canal da Flandres*, ancoradouro do comércio internacional com o norte da Europa, já referenciado em 1240, que, em inícios do século XV, se faz defronte de São João da Praça. ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 5, doc. 96, 1240 Outubro 16; ANTT - *Mosteiro de Chelas*. M. 3, n.º 41, 1426. Cf. SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa : Ed. Colibri, 2008. p. 251.

³⁷ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *Op. cit.* p. 130-131. Em Lisboa, é possível datar o microtopónimo Chão da Feira de, pelo menos, 1319. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Livro IV, fol. 86v, 1319.

³⁸ *Documentos para a história da cidade de Lisboa : Cabido da Sé : Sumários de Lousada : Apontamentos dos Brandões : Livro dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas*. Lisboa : Câmara Municipal, 1954. P. 333-353.

³⁹ GONÇALVES, Iria - «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia». *Um Olhar sobre a cidade medieval*. Cascais : Patrimonia Historica, 1996. p. 12.

⁴⁰ RAVARA, António Pinto - *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*. Lisboa: [s.n.] 1967. dissertação de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa. [exemplar policopiado]. p. 109-110.

Mas também na cidade, num tempo em que a maioria dos homens não conhecia a leitura e a escrita, D. Dinis fundou a primeira universidade portuguesa, decidiu criar o Estudo Geral de Lisboa, em 1 de Março de 1288, na Pedreira, onde funcionaria até ser transferido para Coimbra em 1308, devido à vivência conflituosa entre os estudantes e os cidadãos de Lisboa, concretizando-se, porém, apenas em 15 de Fevereiro de 1309. Um documento datado de Montemor-o-Novo, de 12 de Novembro de 1288, enviado ao papa Nicolau IV, solicitava-lhe a confirmação e a protecção de um Estudo Geral fundado em Lisboa com o consentimento do monarca, o qual seria financiado com as rendas de diversos mosteiros e igrejas portuguesas, entre os quais se encontrava São Vicente de Fora, de modo a sustentar os seus professores, maioritariamente da diocese de Lisboa⁴¹. A confirmação da fundação teria lugar pela bula *De statu Regno Portugalie*, de 9 Agosto 1290. Teria Artes, Cânones, Leis e Medicina, vindo instalar-se na cidade diversos estudantes e professores, a quem o monarca concedia a sua protecção. Importava ao rei a promoção do conhecimento das leis, indispensável ao bom governo dos povos, formação jurídica que poderia ser, desde de então, adquirida fora dos círculos controlados pelas instituições eclesiásticas, ao mesmo tempo que o clero teria ali a forma de adquirir uma melhor preparação⁴².

Com D. Dinis em Lisboa, a cidade que teria cerca de 15 mil habitantes em finais de Duzentos⁴³, ou talvez um pouco mais, crescia economicamente.

A cidade crescia, tornando-se necessária uma administração municipal mais exigente, complexificando-se o elenco camarário a partir de finais do século XIII, integrado por oito magistrados, um procurador do concelho (representante do concelho), um tesoureiro, que conhecemos em Lisboa desde 1314, três vereadores⁴⁴ e vinte e quatro almotacés eleitos anualmente no mês de Março ou Abril⁴⁵.

⁴¹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *Op. cit.* p. 138. SÁ, A. Moreira, col. e pub. - *Chartularium Universitatis Portugalensis* : 1288-1537. Lisboa : Instituto de Alta Cultura, 1966. Vol 1 : 1288-1377, p. 6-9.

⁴² Integra-se no contexto da política de nacionalização: definição das fronteiras, reforço e organização militar, controle das ordens militares, adopção do português nos documentos oficiais e a fundação da Universidade de Lisboa. MATTOSO, José - 1096-1325. In: MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal : A Monarquia Feudal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2, p. 153-155.

⁴³ MARQUES, António Henrique de Oliveira - Lisboa Medieval : uma visão de conjunto. *Novos Ensaios de História Medieval*. Lisboa : Editorial Presença, 1988. p. 85.

⁴⁴ Cuja presença em Lisboa se assinala desde os anos 1339-1340, ainda que o termo 'vereador', ligado ao *vereamto*, surja em 1344 ou inícios de 1345. FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 55-56.

⁴⁵ FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 37.

Ao mesmo tempo, assistimos a um recrudescimento da intervenção régia na administração da cidade e seu termo, assim como na nomeação de cargos, testemunhos do aumento de importância da cidade de Lisboa. Tal verifica-se, por exemplo, na escolha por D. Dinis do procurador, assim como do tesoureiro do concelho. Naquele caso, importa ter presente que o procurador do concelho era também procurador da corte régia⁴⁶.

O desenvolvimento económico contribuiu para o aparecimento, no seu reinado, do contador, oficial régio encarregado das receitas e despesas, assim como ao aperfeiçoamento dos porteiros-mores, e a melhoria do sistema fiscal⁴⁷. E também a deslocação do centro económico da cidade do espaço em torno e próximo da Sé para a *citê*, nomeadamente as freguesias de Santa Maria Madalena e São Nicolau e, menos, São Julião, onde também se integrava a Judiaria Grande de Lisboa, junto da qual se situava a *rua dos Bolseiros*⁴⁸ e a *Casa dos Pesos*⁴⁹. Com uma intensa política de fomento, D. Dinis adoptou a libra, substituindo o velho morabitino como moeda-padrão.

Mas a cidade de Lisboa não era apenas a cidade da coroa, onde o monarca obteve parte do seu apoio. Lisboa era a cidade que viu nascer Dinis e o fez rei. Lisboa era a *sua* cidade, uma cidade, afinal, realenga, que assim se reforçaria ao longo do século XIV, como a esse respeito D. João I afirmaria, a cidade de Lisboa *he nossa propria que foi senpre dos outros reis que ante nos foram e que posto que eles desem terras e juridições que guardavam essa çidade per sy e que as apellações dos fectos d'hi que senpre veerom a nos e aos dictos reis que ante nos foram*⁵⁰.

Como senhor da cidade, promoveu e consolidou as actividades mercantis, renovando a frota naval, atraindo estrangeiros, fazendo de Lisboa uma cidade, que do mar da palha se uniu ao norte da Europa, aventurando-se no Atlântico e, através deste, no Mediterrâneo, transformando-se, um pouco mais tarde, numa capital do

⁴⁶ Situação atestada em 1314. Cf. *Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis...* p. 127. Cf. FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 65.

⁴⁷ HOMEM, Armando Luís de Carvalho - A corte e o governo central. In: SERRÃO, Joel ; MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. 3 : *Portugal em definição de fronteiras : 1096-1325 : do Condado Portucalense à crise do século XIV*. p. 537-538.

⁴⁸ ANTT - *Direitos Reais*, Liv. 2, fl. 59-59v, 1295 Agosto 8.

⁴⁹ ANTT - *Direitos Reais*. Liv. 2, fl. 131v.-132, 1295 Abril 12.

⁵⁰ AML-AH - *Livro I de D. João I*. n. 13; *Livro dos Pregos*. n. 143 (1386, Abr. 26, [Arraial sobre] Chaves. Sobre a data tópica do documento, veja-se MORENO, Humberto Baquero - *Os Itinerários de El-Rei Dom João I*. Lisboa : ICALP, 1988. p. 237. Cf. FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. p. 91. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.

mundo, cidade de *muitas e desvairadas gentes*, epíteto cada vez mais presente desde a 2.^a metade do século XIV, saído da pena de Fernão Lopes, registado na *Crónica de D. Fernando*, porque «havia outrossim mais em Lisboa estantes de muitas terras, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como Genoveses e Prazentins e Lombardos e Catalães, de Aragão e de Maiorca e de Milão (...) e Corciris e Biscainhos, e assim de outras nações, a que os reis davam privilégios e liberdades».

Conclusão

Em suma, a conquista por Afonso Henriques foi um empreendimento nacional, que desde a sua preparação adquiriu uma dimensão internacional, dado o seu enquadramento na segunda Cruzada, face ao apoio de São Bernardo, garantida a participação de Cister e de Santa Cruz de Coimbra, a que não foram alheios os esforços de D. João peculiar, D. Teotónio e D. Pedro Pitões.

Para além disso, o alargamento da fronteira sul do reino constituiu uma moeda de troca face à Santa Sé, com o alargamento do espaço da Cristandade, e a conquista da maior cidade de al-Andalus que o Papa Alexandre III teria de reconhecer com o título de *rex*, título que era já indiscutível no reino, desde 1138, também reconhecido por Afonso VII, mas que não conferia a Afonso Henriques a independência almejada, só conseguida em 1179, através da bula *Manisfestis probatum est*.

E face ao Islão, também o avanço sobre a Linha do Tejo tornou-se irreversível, para a qual foram importantes as conquistas de Santarém e Lisboa. O alargamento da fronteira sul, em 1147, foi decerto um acontecimento assaz importante para a obtenção do título que Afonso Henrique viria a obter do papa.

Se Coimbra permitiu a Afonso Henriques emancipar-se da nobreza linhagística do Norte, as conquistas de Lisboa e do vale do Tejo acentuaram essa emancipação. O rei deixou de apoiar-se no clero secular, nomeadamente nas dioceses de Braga e Coimbra, para se apoiar nos mosteiros sujeitos ao seu padroado, sobretudo Santa Cruz e os Cistercienses, como concretização da sua progressiva independência e crescente politização da autoridade do rei, sustentado na protecção das ordens militares e religiosas, que o apoiavam no povoamento do território recém-conquistado. A partir da conquista de Lisboa, o rei tornou-se mais independente da nobreza linhagística do norte, aumentando, desde então, os privilégios concedidos

pelo monarca em favor dos concelhos, de que as cartas de foral são um bom exemplo.

Dada a proximidade física do rei, sobretudo a partir de Afonso III, o poder régio afirmava-se e exercia-se nas estruturas concelhias de Lisboa, notando-se, nessa relação, uma vontade de centralização régia. Para o exercício de cargos concelhios, a sua intervenção ultrapassava largamente o poder de confirmação. Simultaneamente, a intervenção de magistrados no concelho fazia-se notar cada vez mais, intensificando-se a partir da década de 70 do século XIV⁵¹.

Se parecem tímidas as relações comerciais entre Portugal, através de Lisboa, e o norte da Europa no século XIII, que a própria toponímia medieval de Lisboa registara no topónimo Canal da Flandres, a afirmação internacional do seu porto aconteceria ao longo do século XIV, na relação com o Mediterrâneo, nomeadamente com a vinda de Manuel Pessanha, em 1317.

Como em Londres e Paris, ou Barcelona, Burgos e Huesca ou Saragoça, os rendimentos provenientes do comércio constituíam para os mercadores de Lisboa uma fonte importante de enriquecimento e consequente integração na elite dirigente da cidade. Situação que parece associada, desde inícios do reinado de D. Afonso II, a um regime de crescente oligarquização proporcionada pela diminuição da pressão senhorial e clientelar dos Sousas em Lisboa, como notara Hermenegildo Fernandes, no estudo biográfico que dedicara a D. Sancho II, acentuando-se o fenómeno a partir do século XIV⁵². Neste aspecto, Lisboa cresceu numa luta contra a senhoriação protagonizada por alguns magnates da coroa, com destaque para os Sousas, ‘oligarquizando-se’ a cidade, onde terão lugar também os mercadores que projectarão no mediterrâneo o nome e os produtos de Lisboa.

Naturalmente, Lisboa, enquanto centro urbano e cidade-capital do reino, teve um papel de relevo na construção de Portugal e contribuiu decisivamente para o reforço da importância do baixo vale do Tejo, não apenas num primeiro momento para a afirmação da independência do reino, mas também para a sua afirmação internacional. A partir de D. Afonso III, os monarcas portugueses compreenderam a sua importância económica e geoestratégica, transformando a cidade na ‘sede’ da corte. Não esquecendo que a cidade medieval concentrava o poder - o poder político, régio e concelhio, o poder económico, o poder religioso, Lisboa destacava-

⁵¹ FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p.145.

⁵² FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II: tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p. 55 e 59.

se neste aspecto face a outros centros urbanos, sobretudo a partir de meados do século XIII.

Cidade mercantil por excelência, mas também cidade da corte, do rei e do bispo e, mais tarde, do arcebispo, com uma comunidade de mercadores e letrados, oficiais régios, uma comuna judaica significativa com três judiarias, nela também se encontrava o arrabiado-mor e diversas comunidades de estrangeiros ligados ao comércio e à alta finança.

A cidade cresceu em população, de cerca de 15 mil indivíduos estimados por Alexandre Herculano, quase o triplo que A. H. de Oliveira Marques estimou para o século XII, para 30 a 40 mil em finais do século XIV⁵³, o quádruplo populacional das maiores cidades do reino⁵⁴. Dimensão atestada igualmente pela quantidade de tabeliães, sendo a cidade com maior número⁵⁵.

A presença física do monarca e, com ele, as estruturas burocráticas, onde se movimentava o oficialato régio, contribuíram decerto para a sua dimensão política. Fixara-se em Lisboa os contos, os tribunais, e a chancelaria régia. A universidade e a corte do desembargo, esta no reinado de D. João I, até então em Santarém⁵⁶. Neste contexto, Lisboa tornou-se a capital do reino de Portugal, valorizando, desde então, do ponto de vista político, o baixo Tejo.

E afirmar-se-ia ainda mais no século seguinte, porto de partida para Ceuta, em 1415, e para *os mares nunca dantes navegados*, fazendo-se a expansão marítima de Portugal através de Lisboa.

Fontes e Bibliografia

AL-ḤIMYARĪ (séc. XIV) - *La Péninsule ibérique au Moyen-Age d'après le «Kitāb al-Rawḍ al-Mi'fār»*. Texte arabe des notices relatives à L'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France, texto e tradução E. Lévi-Provençal, Leyde, 1938. [ed. I. 'Abbas, Beyrouth, 1975, pp. 22-24]; trad. Parcial, Maestro Gonzalez P., Valencia, 1963, pp. 16-18.

AL-IDRĪSĪ (séc. XII) - *Nuzhat al-muštāq fī Ihtirāk al-afak*, ed. Instituto Universitario Orientale di Napoli e Instituto per il Medio e Estremo oriente, *Al-Idrīsī opus geographicum*, Naples-Rome, 1975, pp. 547-549; trad. R. Dozy e M. DE Goeje, *Description de l'Afrique et de*

⁵³ *História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1972. vol. I: *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 186.

⁵⁴ GONÇALVES, Iria - «aspectos económicos-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. 1 (1980). p. 153-154.

⁵⁵ PEREIRA, Isaiás da Rosa - «O tabelionato em Portugal». *Notariado público y documento privado de los orígenes al siglo XIV: actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*. Valencia: Generalitat, 1989. P. 662.

⁵⁶ FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 6.

l'Espagne, nvle ed. Leyde, 1968 ; trad. Relativa ao Ocidente, H. Bresc. A. Nef, Idrîsî. *La première géographie de l'Occident*, Flammarion, Paris, 1999. pp. 222-225.

ANDRADE, Amélia Aguiar - «L'organisation de l'espace dans le Nord du Portugal au Moyen Âge». In BOURIN, Monique e BOUSSELIER, Stéphane, eds. - *L'espace rural au Moyen Âge : Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle): Mélanges en l'honneur de Robert Durand*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2002.

BARBOSA, Pedro Gomes - «S. Bernardo e a Independência de Portugal». In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: Actas do Encontro de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Alcobaça: Câmara Municipal, 1991.

BRANDÃO, Francisco - *Monarquia Lusitana : Parte Quinta*. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976. Vol. V.

«Chronicon de Sampiro». In *España Sagrada*. P. M. Fr. Enrique Florez, 1786. tomo XIV, p. 469.

COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero - «O Poder Concelhio: das origens às cortes constituintes». In *Actas das jornadas sobre o município na Península Ibérica: sécs. XII a XIX*. Santo Tirso : Câmara Municipal, 1988. Vol. 1, p. 235-277.

CUNHA, Rodrigo - *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e acções de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão...* Lisboa : Manoel da Sylva, 1642.

Documentos para a história da cidade de Lisboa : Cabido da Sé : Sumários de Lousada : Apontamentos dos Brandões : Livro dos Bens Próprios dos Reis e das Rainhas. Lisboa : Câmara Municipal, 1954.

DOZY, R. ; De GOEJE, M. J. - *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrîsî*. Réimpr. anastatique. Leiden : E. J. Brill, 1968.

FALQUE, Emma, int., trad., notas e índices - *Historia Compostellana*. Madrid : Ediciones Akal, 1994.

FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Hermenegildo - *D. Sancho II: tragédia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

GONÇALVES, Iria - «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia». *Um Olhar sobre a cidade medieval*. Cascais : Patrimonia Historica, 1996.

HERCULANO, Alexandre - *Portugaliae Monumenta Histórica: Scriptores*. Reprodução facsimilada executada em 1969. Lisboa: Academia das Ciências, 1856. Vol. I, fasc. I.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - A corte e o governo central. In: SERRÃO, Joel ; MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. 3 : *Portugal em definição de fronteiras : 1096-1325 : do Condado Portucalense à crise do século XIV*. p. 530-540. P. 537-538.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel, «reconquista y deficiones de frontera». In *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval : as relações de fronteira no século de Alcanices : Actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. vol. 1, p. 655-691.

MARTÍN Y MARTÍN, José Luis - «Las funciones urbanas en la Transierra occidental». In SÁEZ, Emilio, SEGURA GRAÍÑO, Cristina e CANTERA MONTENEGRO, Margarida, coords. - *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI: Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 al 19 de septiembre de 1981*. Madrid: Universidad Complutense, 1985. vol. 1, p. 406-407

MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Lisboa Medieval : uma visão de conjunto*. *Novos Ensaios de História Medieval*. Lisboa : Editorial Presença, 1988.

MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos Portugueses : Documentos para a sua História : 1147-1460*. Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1.

MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2006.

--- 1096-1325. In: MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal : A Monarquia Feudal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2, p. 153-155.

MENEZES, José de Vasconcelos e - *Tercenas de Lisboa I*. *Lisboa : Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.ª série, n.º 16, 2.º Sem. 1986.

MORENO, Humberto Baquero - *Os Itinerários de El-Rei Dom João I*. Lisboa : ICALP, 1988.

NASCIMENTO, Aires Augusto ed., trad. e notas - *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa : Vega, 2001.

PESSOA, Fernando - *Mensagem*. 2.ª ed. Aveiro : Editora Estante, 1990.

PHILLIPS, Phillips - «St. Bernard of Clairvaux : the Low Countries and the Lisbon Letter of the Second Crusade». *Journal of Ecclesiastical History*. 48, 1997. p. 494-497.

PICARD, Cristophe - *Le Portugal musulman (VIII^e - XIII^e): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2005.

PRADALIÉ, Gérard - *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas Editores, 1975.

IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval : as relações de fronteira no século de Alcañices : Actas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Vol. 1-2.

RAVARA, António Pinto - *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*. Lisboa: [s.n.] 1967. dissertação de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa. [exemplar policopiado].

RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio - «Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, CIRCA)». In: *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo: II Seminario de Historia Medieval - Las Sociedades de Frontera en la España Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. Facultad de Filosofía y Letras. Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1993.

--- «La ville frontière: un modèle original d'urbanisation?». In: MENJOT, Denis, ed. - *Les Villes frontières (Moyen Age-époque moderne)*. Paris-Montréal : L'Harmattan, 1996.

SÁ, A. Moreira, col. e pub. - *Chartularium Universitatis Portugalensis : 1288-1537*. Lisboa : Instituto de Alta Cultura, 1966. Vol 1 : 1288-1377.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História das Universidades*. Porto : Lello & Irmão, 1983.

SILVA, Augusto Vieira da - *A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 3.^a ed., Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

--- *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.^a ed. Lisboa : Câmara Municipal, 1987. vol. 1.

SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.^a ed. Lisboa : Ed. Colibri, 2020.

--- *O Mosteiro de S. Vicente de Fora: A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

--- «O Mosteiro de S. Vicente de Fora: Fundação, organização interna e património rural (séculos XII-XIII)». *Olisipo: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*. II Série, n.º 13, Julho/Dezembro 2000.

STURLUSON, Snorri (1225) - *Heimskringla or The Chronicle of the Kings of Norway : Saga of Sigurd the Crusader and His Brothers Eysteinn and Olaf* [em linha]. Disponível no endereço da URL: <<http://omacl.org/Heimskringla/crusaders.html>>. [Acedido em 17-11-2012].